

# NOTAS ECONÓMICAS

7

**ALAIN LIPIETZ** LE MONDE DE L'APRÈS-FORDISME

**TONY CULYER** O IMPACTO DA ECONOMIA DA SAÚDE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

**PEDRO NOGUEIRA RAMOS** MECANISMOS DE TRANSMISSÃO MONETÁRIA: UMA ANÁLISE COM BASE EM DADOS ESPACIAIS

**HORÁCIO CRESPO FAUSTINO** COMÉRCIO INTRA-SECTORIAL E VANTAGENS COMPARATIVAS ENTRE PORTUGAL E ESPANHA (1983-1992)

**MARIA ISABEL R. T. SOARES** IRREVERSIBILIDADE E DIFERIMENTO DE INVESTIMENTOS PRODUTIVOS

**CARLOS TENREIRO** SMEs IN EUROPE: THERE'S NO BUSINESS LIKE SMALL BUSINESS

**JOÃO SOUSA ANDRADE** CONFUSÕES À VOLTA DA UNIFICAÇÃO MONETÁRIA EUROPEIA

**PAULINO TEIXEIRA** EMPREGO E TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

obtidos foi necessário agregá-los nas duas fontes de vantagem competitiva, Custos e Diferenciação, concluindo-se que as combinações vencedoras se orientam sempre para a diferenciação, com maior ou menor destaque em custos. Como as empresas de excelência, identificadas, seguiam rotas estratégicas diversas conclui-se que: 1/ as estratégias preconizadas por Porter são apenas orientações globais a ter em consideração e variam consoante as circunstâncias; 2/ para se entenderem as razões que levam a desempenhos diversos numa indústria é necessário recorrer a modelos complementares; e 3/ além do referido, relativamente à definição da estratégia, é indispensável ter em consideração a qualidade da concretização da estratégia.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Junho de 1996

#### O Orçamento da União Europeia — a problemática da sua insuficiência



**Henrique José Curado Mendes Teixeira**

O debate proposto — o orçamento da União Europeia vs. a problemática da sua insuficiência — resulta da comparação das seguintes grandezas: o crescimento necessário para que a União Europeia se assumisse mais solidária, mais *friendly* dos problemas regionais, e as perspectivas financeiras assumidas até 1999.

Demonstrar que estes valores ficam aquém das necessidades que uma convergência real invoca, implica previamente conhecer os recursos existentes e passar pela sua evolução. Daqui resulta a análise efectuada na Parte I onde se faz uma abordagem dos recursos comunitários desde a origem. Primeiramente, pela exposição dos *Recursos Próprios atribuídos ao Orçamento das Comunidades Europeias pela Decisão de 24 de Junho de 1988* (Capítulo 1) e, na exposição subsequente, pelo estudo da sua evolução — *As Fases do Financiamento Comunitário* (Capítulo 2). Só esta permite perceber até que ponto — na evolução dos recursos próprios da Comunidade — os Estados-membros se defrontam com receios de federalismo (*maxime* nacionalismos) ou com uma ideia de supranacionalidade da integração. Percebe-se, então, que o estabelecimento e evolução dos recursos próprios da Comunidade surge como uma consequência lógica do próprio processo de integração — mormente no que respeita aos recursos próprios tradicionais, cujo definhamento, no e por causa do próprio processo de integração, equaciona o surgimento de novos recursos. Assim se compreende que, numa fase inicial, os recursos fossem essencialmente as *contribuições financeiras* dos Estados-membros, determinadas por “critérios políticos”, para serem hoje — por razões de equidade — baseados em dados de natureza objectiva, onde está patente a correlação necessária entre estas duas grandezas: o valor das contribuições e o Produto Nacional Bruto dos Estados-membros.

De entre as várias implicações do Tratado da União Europeia, a de maiores repercussões, quer nos Estados-membros considerados de